

NOTA DE ESCLARECIMENTO E MANIFESTAÇÃO DE POSICIONAMENTO DO COMITÊ ACESSOR E EQUIPE DE ESPECIALISTAS QUE ATUARAM NA ELABORAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

O comitê assessor e a equipe de especialistas que atuaram na produção da primeira e segunda versões da Base Nacional Comum Curricular vêm, por meio desta, prestar alguns esclarecimentos sobre o processo de elaboração da Base e manifestar posicionamento frente a alguns encaminhamentos recentes do debate e reformulação do referido documento.

A existência de uma base comum para a elaboração de currículos está prevista no ordenamento legal da educação básica brasileira: na Constituição de 1988, na LDB 9394/96, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio. Essa elaboração é tratada por 4 das 20 metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024). Definem-se, nessas metas, os termos em que a elaboração da BNCC deve se dar, a saber:

Estratégia 2.1 : 2.1) o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental;

(...)

Estratégia 3.2: o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os entes federados e ouvida a sociedade mediante consulta pública nacional, elaborará e encaminhará ao Conselho Nacional de Educação - CNE, até o 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) de ensino médio, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização deste nível de ensino, com vistas a garantir formação básica comum;

(...)

Estratégia 7.1: estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local.

Em conformidade com o estabelecido pelas metas acima referidas, a SEB/MEC, em março de 2015, deu continuidade ao processo de elaboração da BNCC. Constituiu um comitê assessor, composto por professores universitários das regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil, e uma equipe de especialistas, composta por professores universitários que atuam em cursos de licenciatura, professores da escola de educação básica e técnicos das secretarias de educação de estados, municípios e do Distrito Federal, sendo os integrantes desses dois últimos indicados pelo CONSED e pela UNDIME. Coube a esse grupo de 133 pessoas, organizado em 29 comissões e nomeado pelas portarias 19 e 20, de 10 de julho de 2015, da SEB/MEC, elaborar a

proposta preliminar de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da BNCC, disponibilizada à consulta pública pela SEB/MEC em setembro de 2015.

Desde a sua versão preliminar, e de forma mais explícita e amadurecida na sua segunda versão, os princípios que orientaram a elaboração da BNCC decorrem daqueles expressos nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, para o Ensino Fundamental, para o Ensino Médio, e nas demais diretrizes. Alicerçam-se, portanto, nas conquistas dos diferentes setores da sociedade brasileira em defesa de uma educação republicana, pautada na valorização dos sujeitos da educação básica, no respeito à diversidade, no compromisso com o desenvolvimento das ciências, na afirmação das responsabilidades do Estado com uma formação para a cidadania responsável, crítica e emancipadora. Tal processo de elaboração da BNCC, em suma, pautado por ampla participação da sociedade e por diálogo com os entes federados, é constitutivo da própria natureza desse documento elaborado e de suas possibilidades de contribuir para a melhoria da qualidade da educação pública brasileira.

Em 16 de setembro foi publicada uma versão preliminar da BNCC, no Portal da Base Nacional Comum Curricular: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Essa versão recebeu 12.226.510 contribuições, advindas de 45.098 escolas, 4.356 organizações, 210.864 professores. Os números da consulta pública, disponibilizados no Portal, são expressivos da mobilização e do debate gerado pela BNCC. Além disso, esse debate não ficou circunscrito ao Portal. Estendeu-se a centenas de reuniões promovidas pela Secretaria de Educação Básica do MEC com associações científicas, movimentos sociais, redes de ensino, universidades e leitores críticos das áreas de conhecimento, que emitiram pareceres sobre os documentos preliminares dos diferentes componentes curriculares da educação básica.

Ao longo dos meses de dezembro de 2015 a março de 2016, a equipe de assessores e especialistas acolheu, com profundo sentimento de respeito ao debate público, as críticas e contribuições de todos os setores da sociedade que se manifestaram sobre o documento preliminar. Foram analisados: os dados da consulta pública, feita por meio do Portal, e que foram consolidados em relatórios elaborados por pesquisadores da UnB e da PUC-Rio; os pareceres produzidos por leitores críticos da proposta preliminar; as contribuições de diversas associações científicas, com as quais o comitê assessor e as equipes de especialistas se reuniram; as contribuições decorrentes de reuniões com movimentos sociais, grupos de pesquisa, escolas, dentre outros grupos com os quais o comitê assessor e as equipes de especialistas se reuniram. Para todos que estivemos envolvidos nesse processo, atuar na construção de documento tão relevante para a educação brasileira, em diálogo com a sociedade, foi uma tarefa desafiadora, assumida com senso de responsabilidade e espírito democrático. A transparência de todo esse processo é atestada pelo amplo acesso que qualquer cidadão cadastrado no Portal pode ter, tanto às contribuições e aos relatórios que delas se originaram, quanto aos pareceres de leitura crítica.

Esse amplo debate público permitiu que emergissem, em cada área de conhecimento, as principais controvérsias técnicas e políticas a respeito dos currículos. Tornou-se, dessa forma, possível elaborar uma segunda versão que, articulada às DCNs, exprime entendimentos entre os diferentes segmentos que participaram do debate a respeito de quais devem ser os

objetivos de aprendizagem e desenvolvimento fundamentais para cada etapa de escolarização e componente curricular. Essa segunda versão, entregue pela SEB/MEC ao Conselho Nacional de Educação, ao CONSED e à UNDIME, em 3 de maio de 2016, expressa, portanto, o modo como o comitê assessor da base e as equipes de especialistas incorporaram à versão preliminar do documento um conjunto amplo e heterogêneo de contribuições. Nosso entendimento é o de que essa entrega inaugura um novo ciclo de debates, nos estados, municípios e Distrito Federal, que conduzirão àquela que será a versão final da BNCC, sobre a qual caberá ao Conselho Nacional de Educação, tal como previsto no Plano Nacional de Educação, manifestar-se. O comitê assessor e as comissões de especialistas permanecem à disposição dessas instâncias para apresentar e debater a segunda versão do documento da Base, sempre que forem requisitados a fazê-lo. Entende esse comitê que a interposição de quaisquer alterações na segunda versão do documento que não sejam aquelas pactuadas diretamente com os entes federativos, isto é, feitas sem a devida consideração das contribuições aqui enumeradas, sinalizaria injustificável ruptura no processo democrático de produção do documento.

Dada a natureza do processo com o qual o comitê assessor e as equipes de especialistas se comprometeram, bem como os princípios que fundamentam o documento produzido neste processo, preocupam-nos iniciativas que vêm tentando deslocar a discussão da Base do âmbito do CONSED, da UNDIME e do Conselho Nacional de Educação para outras instâncias, com a participação de grupos e atores cuja legitimidade para deliberar sobre o processo não foi ou tem sido discutida com a sociedade. É oportuno lembrar que a perspectiva de um pacto interfederativo, apontada pelo PNE como aquela que deve orientar o processo de formulação da BNCC, só se efetiva a partir das deliberações de estados e municípios sobre o documento.

Iniciativas de reformulação da segunda versão do documento da BNCC que representem interrupção do processo, já em pleno curso, de discussão com estados, municípios e Distrito Federal põem em risco tanto os princípios que fundamentaram a construção daquele documento, como a proposição de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento alicerçados nestes princípios. Por consequência, tais iniciativas ameaçam o principal objetivo de elaboração de uma base comum para os currículos nacionais: o de contribuir para a melhoria da qualidade de educação básica, entendida como garantia aos estudantes e às estudantes de serem acolhidos em sua diversidade e de, nela, terem reconhecidos seus direitos fundamentais.

Manifestamos, portanto, nossa preocupação com as ações recentes no âmbito da BNCC e defendemos a necessidade de manter a coerência e os princípios do processo, com a disposição da equipe elaboradora da versão preliminar do documento de participar dos debates sobre ele. A valorização dos resultados do árduo esforço de debate, negociação e textualização podem garantir que o processo de construção da BNCC se faça rigorosamente alinhado ao que prevê o PNE: na perspectiva de um pacto interfederativo, agora conduzido por CONSED e UNDIME, e tendo o Conselho Nacional de Educação como instância a qual caberá a análise de um documento que seja, efetivamente, fruto de amplo processo de negociação com a sociedade, e não apenas deliberação de alguns setores ou grupos.

COMITÊ DE ASSESSORES

Hilda Aparecida Linhares da Silva Micarello	UFJF
Isabel Cristina Alves da Silva Frade	UFMG
Alex Branco Fraga	UFRGS
Begma Tavares Barbosa	UFJF
Edenia Maria Ribeiro do Amaral	UFRPE
Edgar de Brito Lyra Netto	PUC/RIO
Gilberto Icle	UFRGS
Luiz Carlos Menezes	USP
Marcelo Tadeu Baumann Burgos	PUC/RIO
Margarete Schlatter	UFRGS
Maria Carmen Silveira Barbosa	UFRGS
Maria Eunice Ribeiro Marcondes	USP
Maria ZéliaVersiani Machado	UFMG
Zilma de Moraes Ramos de Oliveira	USP

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS

Educação Infantil

Silvia Helena Vieira Cruz	UFC
Paulo Sérgio Fochi	UNISINOS

Área de Linguagens

Língua Portuguesa

Maria de Nazaré Pereira Rodrigues	AC/Consed
Iracilda da Silva Almeida	AL/Undime
Denise Maria de Carvalho Lopes	UFRN
Tania Tuchtenhagen Clarindo	UNDIME/RS
Wirley Jatniel Pinheiro de Oliveira	AP/Consed
Eliana Merlin Deganutti de Barros	UENP
Vilma Lenir Calixto	PR/Consed
Paulo André Alves Figueiredo	PA/Consed
Micheline Madureira Lage	IFG
Adair Bonini	UFSC
Andréa Zanatti	MS/Undime

Língua Estrangeira Moderna

Ivo Marçal Vieira Junior	DF/Consed
Joseni Terezinha Frainer Pasqualini	SC/Consed
Parmenio Camurça Citó	UFRR
Massilia Maria Lira Dias	UFC
Monica Lemos de Matos	RJ/Consed
Andréa Walder Zanatti	MS/Consed
Ricardo Luiz Teixeira de Almeida	UFF
Maria del Carmen Fátima Gonzáles Daher	UFF

Arte

Ana Paula Gomes	MA/Consed
Marcos Villela Pereira	PUC/RS
Henrique Lima Assis	GO/Consed
Gerson da Silva Rodrigues	SP/Undime
Carlos Eduardo Povinha	SP/Consed
Claudia Cavalcante Cedraz Caribé de Oliveira	BA/Consed
Andreia Veber	UEM

Educação Física

Vagno Ferreira de Sousa	PA/Undime
Elias Carvalho Pereira Junior	ES/Consed
Marcos Garcia Neira	USP
Admir Soares de Almeida Junior	PUC/MG
Luciana Pegoraro Penteado Gândara	TO/Consed
Alaércio Guimarães	MS/Undime
Suraya Cristina Darido	UNESP
Santiago Pich	UFSC
João Manoel de Faro Neto	SE/Consed
Marcílio Souza Júnior	UPE
Fernando Jaime González	UNIJUI

Área de Matemática

Amarildo Ferreira	RO/Consed
Paulo Meireles Barguil	CE/Consed
Sandra Arlinda Carioca	MG/Undime
Monica Cerbella Freire Mandarinó	UNIRIO
Maria Tereza Carneiro Soares	UFPR
Eriberto Barroso Façanha Filho	AM/Consed
Vania Fonseca Maia	RJ/Undime
Abraão Juvencio de Araujo	UFPE
Rony Claudio de Oliveira Freitas	IFES
Reinaldo de Luna Freire	PB/Consed
Antonio Cardoso do Amaral	PI/Consed
Maria Isabel Ramalho Ortigão	UERJ
Ruy Cesar Pietropaolo	Universidade Anhanguera

Área de Ciências da Natureza

Joelma Bezerra da Silva Valente	RR/Consed
Giselly Rodrigues das Neves Silva Gomes	MT/Consed
Maria Oneide de Oliveira Enes Costa	RO/Consed
Yassuko Hosoume	USP
Mauricio Compiani	UNICAMP

Biologia

Minancy Gomes de Oliveira	PE/Consed
Gleyson Souza dos Santos	SE/Consed
Claudia de Alencar Serra e Sepulveda	UEFS
Danusa Munford	UFMG
Marcelo Tadeu Motokane	USP

Física

Andre Luiz Ribeiro Vianna	BA/Consed
Suzana Maria de Castro Lins	PE/Consed
Milton Antonio Auth	FACIPI/UFU
Eduardo Adolfo Terrazzan	UFSMS
André Ferrer Pinto Martins	UFRN

Química

Maurício Brito da Silva	AM/Consed
Maria Rosário dos Santos	PI/Consed
Ricardo Gauche	UnB
Agustina Rosa Echeverría	UFG
Eduardo Fleury Mortimer	UFMG

Área de Ciências Humanas

História

Tatiana Gariglio Clark Xavier	MG/Consed
Maria da Guia de Oliveira Medeiros	RN/Undime
Margarida Maria Dias de Oliveira	UFRN
Leila Soares de Souza Perussolo	RR/Consed/SME
Rilma Suely de Souza Melo	PB/Undime
Reginaldo Gomes da Silva	AP/Consed
Antônio Daniel Marinho Ribeiro	AL/Consed

Geografia

Genildo Alves da Silva	AC/Consed
Marcia Garcia Leal Pires	DF/Consed
Gisele Girardi	UFES
Ínia Franco de Novaes	ESEBA/UFU
Paulo Gerson de Lima	RN/Consed
Cleudemarcos Lopes Feitoza	CE/Undime
Claudia Luisa Zeferino Pires	UFRGS
Jussara Fraga Portugal	UNEB
Maycon Silva de Oliveira	TO/Consed
Samuel Silva Chaves	MT/Consed
Edilza Laray de Jesus	UEA
Flaviana Gasparotti Nunes	UFGD

Ensino Religioso

Adecir Pozzer	SC/Consed
Simone Riske Koch	FURB
Leonel Piovezana	UNOCHAPECO
Francisco Sales Bastos Palheta	AM/Consed

Filosofia

Emerson Costa	SP/Consed
José Aílto Vargas da Rosa	ES/Undime/SEDUC
Érico Andrade Marques de Oliveira	UFPE

Sociologia

Fabiano Farias de Souza	RJ/Consed
Marcos Antonio Silva	MG/Consed
Ileizi Luciana Fiorelli Silva	UEL
Haydée Glória Cruz Caruso	UnB